

Brasília-DF, 20 de outubro de 2011

Rejeitado na CFT o PL 549, que congela salários dos servidores por 10 anos

É com satisfação que comunicamos a rejeição do Projeto de Lei Complementar (PLP) 549/2009 pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, em reunião na manhã dessa quarta-feira, 19 de outubro. Os servidores públicos lotaram a sala da Comissão, e comemoraram a rejeição.

O PLP visava limitar o crescimento da folha total de pagamento dos servidores em cada Poder, a um índice de inflação (IPCA) mais 2,5% ao ano ou o crescimento do PIB (o que for menor), o que na prática significa o congelamento do salário dos servidores por 10 anos.

Agora, o PLP 549/2009 segue sua tramitação, porém, bastante combalido pela rejeição nas duas comissões onde foi analisado o seu mérito (Comissão de Trabalho e Comissão de Finanças). O PLP será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - para a análise da constitucionalidade do PLP - e posteriormente ao Plenário. Por isso, é preciso que os servidores continuem alerta.

É preciso alertar que apesar da importância da rejeição do PLP 549 em duas comissões parlamentares, na prática o mesmo já está sendo implementado, tendo em vista as limitações impostas pelo governo nos Orçamentos de 2011 e 2012 para reajustes salariais, o que tem sido comprovado pelas sucessivas negativas a negociações de reajustes salariais pleiteados por diversas categorias de trabalhadores.

Por outro lado, temos que denunciar os privilégios do endividamento público que já consome mais de 50% dos recursos do Orçamento Executado em 2011, apesar da ausência (comprovada pela CPI da Dívida Pública) de contrapartida real dessa dívida, que nunca foi auditada, como manda a Constituição Federal.

Nessa oportunidade, divulgamos que em vários países da Europa estão sendo criadas comissões para a realização de Auditorias Cidadãs da Dívida, dado o enorme potencial dessa ferramenta para a defesa dos direitos dos trabalhadores. A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, foi convidada para dar cursos sobre as experiências de Auditoria Cidadã, Oficial (exemplo do Equador) e Parlamentar (experiência da CPI) na França, Bélgica e Portugal em dezembro.

No Brasil, o *Seminário Internacional Alternativas de Enfrentamento à Crise*, realizado no período de 4 a 7 de outubro em Brasília foi considerado extremamente importante e atual. A participação de diversos representantes dos vários estados da Federação está impulsionando a organização dos Núcleos da Auditoria Cidadã da Dívida nos estados da Federação. Participem!

*Fonte: Coordenação da [Auditoria Cidadã da Dívida](#).

A velha cantilena da falta de verbas

Sucessivamente nossos governantes, quando se viram diante do clamor por reajustes do funcionalismo público sempre tinham e tem a mesma resposta: falta de verbas! Diante da “cara de pau” oficial, algumas categorias de servidores recorriam e recorrem às greves como forma de pressão e protesto. Ocorre que de 2008 para cá as greves passaram a ser objeto de guerra do governo para com grevistas e a justiça é o meio punitivo utilizado. Criminalizar as greves torna-se o alvo primeiro do governo, depois vem as punições,

corte de salários, perseguições, assédio moral, etc. A mesma justiça que julga as greves ilegais é a mesma que fecha os olhos às retaliações oficiais.

Voltando a falta de verbas, um estudo superficial já é suficiente para jogar por terra a cantilena do governo. Basta que peguemos as verbas necessárias para reajustes pela inflação, que são de lei (descumprida, é claro) e comparar com as verbas desviadas pela corrupção.

O resultado é que com apenas 10% da grana roubada já daria para se conceder o dobro em reajustes. Isso mesmo, 20 vezes mais do que seria necessário para cumprir a lei e conceder reajustes anuais aos servidores públicos. Como cúmplices da corrupção, nossas autoridades muito pouco fazem para combatê-la e quando o fazem a justiça se encarrega de protelar ao máximo os julgamentos. Como exemplo temos Mensalão, Sanguessugas, Dossiê PSDB e Funasa.

Lula, que buscava ainda afirmação, após as revoltas de 2003 pela reforma da Previdência, nos anos seguintes concedeu reajustes acima da inflação, corrigindo a histórica (e irrecuperável?) defasagem dos anos de Fernando Henrique, mas isso só durou até 2009, quando o empresariado nacional passou a reclamar dos reajustes ao funcionalismo. Lula e agora Dilma sentem-se coagidos a não ceder às pressões dos servidores com medo da opinião da FIESP e dos banqueiros, principais beneficiários da economia de 2003 para cá.

E o que fazem os servidores? Muito pouco. Greves esvaziadas, manifestações descordenadas e brigas internas pelo poder nas entidades sindicais deixa o governo muito à vontade, sem pressão objetiva e isso resulta na falta de negociações e reajustes zero, como consta no PL 2203, que prevê pequenos benefícios em 2012.

Ainda se espera um amadurecimento expressivo por parte do sindicalismo dos servidores, mas para isso ocorrer o umbigo de alguns deve deixar de ser o centro das atenções. Mas não só isso, é preciso que os servidores que não aderem às greves tenham vergonha na cara, abandonem a postura comodista e derrotista e passem a colaborar ao invés de ficarem passivamente esperando os louros de uma guerra que não travaram.

Merece atenção dos servidores o excessivo número de trabalhadores terceirizados na administração pública. Aí não cabe a desculpa da economia em relação a um efetivo, pois o valor pago aos empresários – donos dos terceirizados, extrapola qualquer estatutário e ainda tem aqueles empresários pilantras que não pagam os terceirizados gerando novos custos ao erário público.

Correndo contra o tempo as entidades sindicais combativas se humilham (e devem se humilhar mesmo) pedindo emendas ao PL 2203, como forma de fazer justiça aos servidores que pela má vontade do governo amargarão novo ano de reajustes zero. Se há verba para a corrupção e para comprar favores da base aliada, deve ter verba para o funcionalismo também.

**Fonte: EDSON MATTOS – INFO DF*

Ministério do Planejamento autoriza 1.850 oportunidades para o INSS

O Diário Oficial da União desta quarta-feira (19/10) traz a autorização de 1.850 vagas para o próximo concurso público do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, deu sinal verde para que o INSS selecione 1.500 técnicos do seguro social (nível médio) e 375 peritos médicos previdenciários (nível superior).

O prazo formal é de que o concurso seja publicado em três meses, a contar desta quarta-feira (19/10). De acordo com o ministro da Previdência Social (MPS), Garibaldi Alves Filho, o documento deverá ser lançado em breve. "Assim que a autorização sair, o edital sai em seguida", informou pelo microblog Twitter.

De acordo com a portaria número 442 de 18 de outubro, o provimento dos cargos será escalonado. Do total de 1.500 técnicos, 900 serão admitidos em março, 500 em julho e 100 em novembro de 2012. Já os peritos serão distribuídos da seguinte maneira: 150 em março, 100 em julho e 125 em outubro de 2012.

Os novos servidores do INSS vão atuar no Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) do instituto, que prevê a implantação de 720 novas agências da Previdência em cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes que não possuem unidades fixas. Desse total, 71 já foram inauguradas. Até o final de 2014, as demais 649 unidades deverão ser entregues.

Último concurso

Em 2008 o lançou concurso com 2,3 mil oportunidades para técnicos e analistas. Segundo o edital, a remuneração inicial oferecida era de R\$ 1.989,87 e R\$ 2.243,78, respectivamente. O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB) elaborou as provas.

**Fonte: CORREIOWEB*

Comissão rejeita MP 549/09

Mais uma vez a participação e pressão de servidores e entidades sindicais fez a diferença na tramitação de projeto contra os interesses do funcionalismo. O relator da MP 549/09, deputado Pepe Vargas (PT/RS) havia recomendado a sua rejeição e a Comissão de Tributação e Finanças aprovou o relatório de Pepe Vargas por unanimidade. Agora resta a votação na Comissão de Constituição e Justiça e espera-se que também ali a MP seja rejeitada.

Alguns deputados relataram que servidores ligados à Condsef, Fasubra e Sindisprevs do Paraná mandaram milhares de mensagens eletrônicas pressionando pela derrubada da MP 549, que pode congelar os vencimentos dos servidores por até 10 anos. Sindicalistas avisam que a pressão deve continuar até a derrubada total desta Medida Provisória.

**Fonte: AGÊNCIA CÂMARA*

A anemia do sindicalismo

O país experimentou duas enfadonhas greves que, modestamente, afetaram alguns segmentos da sociedade organizada. As greves dos Correios e dos bancos ressuscitaram panfletos, cartazes e manifestações que há tempos não se via. Ambas nasceram prejudicadas pela mídia eletrônica, pois muita gente hoje utiliza a internet para se comunicar e pagar compromissos.

Talvez aí possamos perceber que o clamor popular foi medíocre para as duas situações, apesar de parte da população ainda precisar dos bancos. O que se extraiu das greves foi um enfraquecimento sindical pleno. Pouca adesão e números contrastados nas informações de patrões e empregados, com rara vontade em lutar por melhores condições, traduzida numa apática intenção em ver tudo resolvido. Idealismo inexpressivo.

Sem acordo recorre-se à Justiça que, doutrinadamente, vai interpretar a letra da lei, tendo como base que a reposição salarial está, sim, sendo cumprida, mas as históricas perdas ao longo dos anos ficarão na esperança infinita em receber um dia, já que, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o agente público tem limites de gastos com efetivo de pessoal. Como lidar, então, com essa situação? Notoriamente, a presidente do Brasil parece ter uma intuição diferente de seu antecessor e deixa rolar. Bem sabe ela que boa parte dos que ainda se julgam sindicalizados não possui razão no pleito, já que muitos são originados do mesmo embrião oposicionista como ela, mas que agora ocupam o governo.

Há um conhecimento mútuo e profundo do "fogo amigo". Se a escolha de bancos e Correios foi para se desestabilizar o governo o tiro saiu pela culatra. Não há percepção do imprescindível. Os pensionistas

sacam seus valores em caixas eletrônicos e muitos credores, inclusive estatais, estão solícitos com a prorrogação de prazo no vencimento das contas e taxas.

E os sindicatos? O que podem fazer? A julgar pela popularidade do atual governo é plausível que alguns sindicatos revejam seus papéis e passem a atuar de modo a recuperar algo que para muitos já se perdeu: o fio do bigode.

**Fonte: ESPAÇO ABERTO - WILMAR MARÇAL – FOLHA DE LONDRINA*

O ralo dos convênios com ONGs

“Era preciso haver mecanismos eficientes de fiscalização para separar que ONGs realmente são honestas daquelas que estão unicamente interessadas na teta gorda que o governo tornou disponível. E o governo não tem esses mecanismos”

O Palácio do Planalto já tinha ontem (19) informações de que aparecerão no sábado (21) as gravações que o PM João Dias Ferreira diz ter contra o ministro do Esporte, Orlando Silva. Ao que tudo indica, as gravações estão com a revista Veja, que vai divulgá-las. Ao que parece, não há conversas com o próprio Orlando Silva, o que é avaliado com alívio. São conversas com outras pessoas.

Se Orlando Silva é diretamente mencionado nas conversas, o Planalto ainda não sabe. E, pior ainda, não sabe também de que forma ele é mencionado. Está aí o tamanho da encrenca. Até agora, Orlando Silva tem sido veemente ao negar as acusações que Dias fez contra ele, e até agora tem razão quanto ao fato de que são apenas acusações, não apareceram provas. O problema agora está no segundo passo: diante das provas, Orlando Silva aguenta ou não aguenta?

Até aqui, a presidenta Dilma lidou com o caso no mesmo padrão que utilizou nas outras denúncias que surgiram. Primeiro, ela espera que o ministro se defenda. E quer que ele se exponha mesmo na sua argumentação. Quem se encolhe achando que pode submergir e esperar a onda passar, dança com a presidenta. O fato de Orlando Silva ter ido duas vezes ao Congresso esta semana para se expor ao questionamento dos parlamentares foi muito bem recebido.

E como seu delator usou como estratégia esperar o próximo fim de semana para detonar sua próxima bomba, até aqui o ministro do Esporte saiu-se bem. Sem nada mais concreto, a oposição esquivou-se de questionar Orlando Silva. Resta saber, porém, se o ministro não está no papel do otimista da piada, aquele que salta do vigésimo andar e, ao passar pelo décimo, comenta: “Até aqui, tudo bem”.

É preciso, porém, que se divida o imbroglio em que se meteu Orlando Silva em duas partes. Contra ele, há uma acusação muito grave: a de que recebeu diretamente dinheiro de corrupção, desviado de programas do governo, na garagem do ministério. Temos aí uma acusação grave e direta. Sobre ela, só há por enquanto a afirmação de João Dias Ferreira. É disso que Orlando Silva se safou. Há, porém, uma segunda parte do rolo da qual ele não se safou, e que desagrada imensamente a Dilma: a absoluta falta de controle dos ministérios com os convênios que vem firmando com Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Porque, no caso, basta usar como fonte as próprias declarações de Orlando Silva sobre as ONGs de João Dias Ferreira. Como tem dito o ministro e todos os parlamentares governistas que saem em defesa dele, o kung fu que João Dias praticava era cheio de golpes baixos. As denúncias de rolos nos convênios com as organizações ligadas ao PM remontam ainda do tempo em que o hoje governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, era o ministro do Esporte. Foram alvo de uma operação da Polícia Federal, a Operação Shaolin. Ora, se João Dias Ferreira é bandido, se as suas ONGs são um festival de picaretagem, nas palavras do próprio ministro Orlando Silva, por que é que foram repassados alguns milhões a elas? Por que é que há convênios firmados mesmo depois de surgidas as primeiras denúncias?

E outros casos pipocam não apenas no Ministério do Esporte. O Congresso em Foco mesmo acabou de publicar que do Ministério do Turismo escoaram R\$ 80 milhões em convênios para festas, rodeios, escolas de samba, bailes de carnaval, etc.

Neste ponto, lá da África do Sul, Dilma deu um puxãozinho de orelha em Orlando Silva. Numa entrevista, ela lembrou que no dia 16 de setembro baixou um decreto tornando mais rígidos os critérios para a formulação de convênios dos ministérios com ONGs. E completou dizendo que desde o primeiro dia de seu governo vem reforçando a recomendação de cuidado absoluto com os repasses de dinheiro público.

Aí, nesse ponto, houve negligência do Ministério do Esporte. Mesmo que Orlando Silva argumente agora que este ano não vai firmar convênio nenhum com ONGs e que tem se empenhado em recuperar o dinheiro desviado, o fato é que o dinheiro foi desviado. Em sua defesa, não foi apenas na sua gestão, nem apenas no seu ministério.

Essa relação entre governos e ONGs, é bom que se diga, não foi invenção dos governos do PT. Foi invenção do governo Fernando Henrique Cardoso. Era o ponto principal da lógica do programa Comunidade Solidária, idealizado por Ruth Cardoso. Em princípio, é uma boa ideia: se o governo não tem estrutura para tocar tudo sozinho na área social, que faça parcerias com gente bem intencionada na sociedade civil. Mas aí é que está o problema. Como diz o ditado, de boas intenções, o inferno está cheio.

Era preciso haver mecanismos eficientes de fiscalização para separar quem realmente é honesto de quem está unicamente interessado na teta gorda que o governo tornou disponível. E o governo não tem esses mecanismos eficientes de fiscalização. O ministro da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, costuma dizer que para cada milhão entregue a uma ONG o governo teria talvez de gastar outro milhão para montar uma estrutura que tornasse o processo realmente à prova de fraude. Porque é um processo pulverizado: milhares de ONGs, milhares de pequenas verbas que, juntas, causam um buraco imenso nas contas.

De qualquer modo, de parte da CGU, esse ralo vem sendo alvo de preocupação há algum tempo. E sugestões da Controladoria vêm se transformando em regras para tornar mais rigoroso o critério de repasse dos recursos. “São já duas as decisões recentes da presidenta Dilma, que deverão fazer grande diferença para o controle dos recursos transferidos pelo governo federal”, disse ontem Jorge Hage a este colunista.

“A primeira, foi em 27 de junho, quando assinou decreto que acabou com o saque na boca do caixa, por parte das prefeituras”, continua. “E a segunda, agora em 16 de setembro, quando estabeleceu regras bem mais duras para a seleção das ONGs, proibindo convênios com ONGs de ‘ficha-suja’, digamos assim, ou que não tenham ao menos três anos de atuação naquela mesma atividade. Veja bem, não são três anos de criada apenas, mas três anos de efetiva experiência no assunto do convênio.

Além disso, exige-se agora chamamento público para a escolha da ONG. E mais: exige-se que o próprio ministro assine o convênio; assim, ninguém mais poderá dizer que não sabia do que se passou”. Viu, Orlando Silva: não pode dizer que não sabia.

**Fonte: RUDOLFO LAGO – CONGRESSO EM FOCO*

Ministério do Esporte renova convênio que nunca saiu do papel com entidade de fachada

Reportagem do 'Estado' voltou a Novo Gama (GO), onde há 8 meses constatou existência de entidade de fachada que assinou contrato

O Ministério do Esporte prorrogou até agosto de 2012 um convênio de R\$ 911 mil do programa Segundo Tempo com uma entidade de fachada que, apesar de ter assinado o contrato em dezembro de 2009, jamais executou o projeto no entorno do Distrito Federal. O convênio fantasma, usado como propaganda eleitoral do PC do B em 2010, foi revelado pelo Estado em fevereiro deste ano. O ministério ignorou as suspeitas de fraude.

A renovação foi publicada há menos de dois meses, no dia 25 de agosto passado, pelo secretário executivo do ministério, Waldemar Souza, e pelo secretário nacional de Esporte Educacional, Wadson Ribeiro, dois homens de confiança do ministro Orlando Silva.

O contrato é com o Instituto de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Idec), uma entidade registrada na casa de seu dono, Ranieri Gonçalves, em Novo Gama, cidade goiana da região do DF que tem eleitores que votam na capital federal. Na época da publicação da reportagem do Estado, Orlando Silva anunciou abertura de sindicância e prometeu “apurar e punir”.

A reportagem voltou nesta quarta-feira, 19, ao local e não constatou nenhuma mudança: por lá, o Segundo Tempo ainda é só promessa. No fim da noite de ontem, o Ministério do Esporte informou que decidiu rescindir o contrato e que pedirá a restituição dos R\$ 393 mil já liberados. O cancelamento do convênio, porém, não foi oficializado no Diário Oficial da União (D.O.U), apesar de a assessoria da pasta afirmar que essa decisão foi tomada na semana passada. O dono da ONG, porém, disse à reportagem que o convênio está em vigor.

Cerca de 2,2 mil crianças preencheram fichas de inscrição e até hoje, mais de 21 meses depois do convênio firmado, aguardam, o início do programa. Além de aparecer na prorrogação, o nome de Wadson Ribeiro, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e filiado ao PC do B, também é mencionado como responsável pela assinatura do convênio no dia 31 de dezembro de 2009.

Em busca de votos dos eleitores do DF que moram no Novo Gama, o comunista Apolinário Rebelo (irmão do deputado Aldo Rebelo) visitou o Novo Gama na campanha de 2010, quando comemorou a conquista do Segundo Tempo para os moradores. Na época, Apolinário disse que obteve o projeto com o “amigo” Ranieri Gonçalves, presidente do Idec, entidade beneficiada.

Há exatos oito meses, no dia 20 fevereiro, o Estado revelou que o convênio nunca saiu do papel. Mostrou, por exemplo, que na periferia da cidade havia um terreno baldio onde deveria ser um campo de futebol. Na quarta, ao descobrir a prorrogação do convênio, a reportagem retornou à cidade e comprovou que o cenário não mudou. O campo de futebol não existe. As crianças que se inscreveram continuam sem receber o programa, entre elas o menino Rafael dos Santos Lima, 12 anos, personagem da reportagem de fevereiro.

Ele e os amigos jogam futebol numa rua de chão batido, ao lado do terreno onde deveriam praticar esporte. “A gente tem cobrado, mas até agora não recebemos o Programa Segundo Tempo. Nesta área era para ter um campo de futebol”, disse Sônia Pessoa, dirigente da associação de moradores do bairro.

O dono do Idec, Ranieri Gonçalves, admitiu que o Segundo Tempo nunca foi executado por ele e culpa o ministério. “O ministério tem que dizer ‘começa.’” Após a reportagem de fevereiro revelar que sua entidade era de fachada, Ranieri botou uma placa com o nome do Idec na porta de casa. Na quarta, ameaçou a reportagem.

Dos R\$ 911 mil previstos, R\$ 787 mil são do governo e o restante deveria ser a contrapartida. A primeira parcela, de R\$ 393 mil, foi liberada há mais de 17 meses. O contrato encerraria em março, mas foi prorrogado até agosto. No dia 25 daquele mês, uma nova renovação, até agosto de 2012, foi publicada no D.O.U.

**Fonte: O ESTADO DE S. PAULO*

Usinas de denúncias

Entre o escândalo que derrubou Antônio Palocci da Casa Civil e as acusações que enfrenta agora o ministro Orlando Silva, do Esporte, muita coisa mudou no gestual do governo no tocante à reação a denúncias feitas contra seus integrantes, não obstante a semelhança dos roteiros.

Palocci foi defendido durante boa parte dos 23 dias que levou para cair. Nesse meio tempo o Palácio do Planalto montou operação de blindagem que incluiu tentativa de responsabilizar a oposição e mobilização dos aliados para impedir que o então ministro fosse convidado a falar no Congresso.

Palocci saiu da Casa Civil no dia 7 de junho, mas duas semanas antes o governo falava em "campanha de difamação" e recomendava à sua base parlamentar que tivesse "sangue frio e nervos de aço" para reagir às acusações.

O presidente do PT, Rui Falcão, asseverava que o governo estava tranquilo e convicto de que Palocci estava "acima de qualquer suspeita". A ofensiva, no entanto, não resistiu à força dos fatos. A partir de então, a metodologia foi sendo alterada e as quedas abreviadas. Falemos apenas dos episódios referentes a desvio de dinheiro, que não foi o caso de Nelson Jobim.

Alfredo Nascimento, dos Transportes, contou algum tempo com manifestações de "confiança" por parte da presidente e chegou a ser nomeado chefe das investigações. Mas ali já se viu que o melhor era que fosse ao Congresso logo.

O mesmo ocorreu com Wagner Rossi, da Agricultura, que teve ato de desagravo organizado pelo vice-presidente da República em pessoa, mas sua trajetória descendente ficou clara nas avaliações negativas feitas por integrantes do governo.

Pedro Novais, do Turismo, foi desde o início deixado ao sol e à chuva pelo próprio partido, o PMDB. Dilma não se envolveu, apesar de estar envolvida desde o dia em que aceitou nomeá-lo a despeito de evidências de que fazia uso ilegal de verba do Congresso.

Orlando Silva tampouco conta com sustentação assertiva do governo, conforme atestam as avaliações de que se não cair agora cai na reforma de janeiro. Além disso, a presidente avocou ao palácio a tarefa de conduzir os assuntos relativos à realização da Copa do Mundo.

O Palácio do Planalto mudou de Palocci em diante. Parece mais interessado em afastar de si o cálice das crises do que em defender ministros. Seria um ponto positivo, não fosse o fato de que a presidente não demonstra o mesmo interesse em cuidar do principal: o ponto de união entre todos esses escândalos que é o desvio de verbas públicas nos ministérios.

Em todos houve um denunciante motivado por alguma contrariedade. Todos decorreram do mesmo tipo de acusação, a montagem de esquemas de arrecadação de dinheiro para favorecimentos pessoais ou partidários.

Em todos, funcionários ou mesmo figuras sem função oficial atuavam com acesso livre para transgredir. A hipótese de conspirações para destruir reputações de ministros é fantasiosa. Real é a prática disseminada de apropriação do Estado funcionando a partir do loteamento da máquina.

São usinas de denúncias que seguirão inesgotáveis enquanto o governo mantiver intactos esses "esquemas".

Palavrório

Deputados e senadores da base governista infantilizam o debate sobre o escândalo em curso quando se limitam a adjetivar elogiosamente o ministro e, ao mesmo tempo, chovem no molhado do conhecido prontuário do acusador.

Não há sustentação de defesa que responda à questão essencial: há ou não há desvio de verbas públicas do ministério? A própria insistência em ressaltar os crimes do denunciante, cometidos no âmbito da pasta do Esporte, é a admissão de que fala com conhecimento de causa.

O critério do prontuário, aliás, é desqualificado pelo próprio PT quando partido e sua área de influência celebram os réus do mensalão e os tratam como cidadãos acima de qualquer suspeita.

No Parlamento, o exemplo mais evidente é a presença de João Paulo Cunha na presidência de nada menos que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

**Fonte: DORA KRAMER - O ESTADO DE S.PAULO*

Presidente do STF repreende juízes que anunciaram paralisação nacional

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, classificou de “inadequada” a iniciativa de juízes federais de fazer uma operação-padrão com as ações em que a União é parte. Na última segunda-feira, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) anunciou paralisação geral da categoria em 30 de novembro e o represamento de processos de interesse da União como forma de protestar por reajuste salarial de 15%, conforme antecipou o Correio. Na terça, entidades ligadas à advocacia pública reagiram e criticaram as declarações do presidente da Ajufe, Gabriel Wedy.

Em ofício enviado ontem aos presidentes e corregedores dos tribunais federais, Peluso criticou a Ajufe e afirmou que a medida “trará impactos negativos à imagem da magistratura como prestadora de serviço público essencial”.

O Conselho da Justiça Federal (CJF) também reagiu. Em nota, o presidente do órgão, Ari Pargendler, destacou que abrirá processo administrativo para apurar se há abuso por parte dos juízes federais. “À vista da notícia de que juízes federais represarão intimações e citações da União, concentrando-as no próximo dia 29 para dificultar-lhe a atuação processual, o presidente do CJF determinou a autuação de processo administrativo e sua inclusão na pauta da próxima sessão do colegiado, em 24 de outubro”, diz o texto.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, afirmou ao Correio que a atitude da Ajufe é equivocada. “A função jurisdicional é relevantíssima para a sociedade brasileira. Não é aceitável que uma categoria prejudique as partes para angariar benefícios próprios. Não é isso que a sociedade brasileira espera do Judiciário.”

O presidente da Ajufe observou que o direito de greve é assegurado pela Constituição e ressaltou que os processos de interesse do cidadão, como ações previdenciárias e de direito à saúde, vão tramitar normalmente na Justiça Federal.

**Fonte: CORREIO BRAZILIENSE*

País pode enfrentar casos mais graves de dengue no verão

A circulação no Brasil do subtipo 4 do vírus da dengue e o retorno do subtipo 1 podem aumentar o número de casos graves da doença neste verão, período que historicamente registra o maior contingente de infectados. O alerta é do secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa.

Ele participou hoje (18) de uma reunião com prefeitos e secretários municipais de Saúde do Rio, com objetivo de esclarecer sobre as ações adotadas pelas prefeituras contra a doença. "Temos a dispersão deste

novo sorotipo, a dengue tipo 4. Ele não é mais perigoso que os demais. O problema é que quando a gente repete a dengue, aumenta a chance de que se venha a ter uma forma grave da doença", disse Barbosa.

O Ministério da Saúde está investindo R\$ 700 milhões no combate à doença, repassando os recursos diretamente aos municípios para ações preventivas. Segundo o secretário de Vigilância em Saúde, foram priorizados 980 municípios onde há maior risco de epidemias de dengue, que vão receber maior aporte de verbas, chegando a R\$ 440 milhões do total.

O secretário estadual de Saúde do Rio, Sergio Côrtes, também alertou para o possível agravamento da doença no verão. "Temos um número de pessoas suscetíveis muito grande, com a possibilidade de dois vírus circulando. Embora tenhamos identificado o tipo 4 somente na cidade de Niterói, provavelmente ele está circulando em todo o estado, principalmente na região metropolitana. Temos que ter uma atenção muito maior", disse.

O secretário estadual lembrou que devem ser seguidas à risca normas de atendimento aos pacientes, com exame de sangue e hidratação. "Não podemos achar que a melhora do sintoma significa a melhora do quadro da dengue. Pois é justamente nesse momento, quando melhora o sintoma, que se pode estar evoluindo para a forma grave", ressaltou Côrtes.

**Fonte: AGÊNCIA BRASIL*

Em carta, ex-filiado do PCdoB no RS relata desvio de verba pública para campanha

Em meio às recentes denúncias envolvendo o ministro do Esporte, Orlando Silva, uma carta manuscrita de 40 linhas acusa o PCdoB, partido de Silva, no Rio Grande do Sul de desvio de dinheiro público para financiamento de campanha.

Apreendida em julho deste ano durante a Operação Cartola --deflagrada pela Polícia Civil gaúcha em oito cidades do RS para investigar suspeitas em contratos que somam R\$ 30 milhões--, a correspondência acusa o titular da secretaria de Juventude e Esportes de Alvorada (a 27 quilômetros de Porto Alegre), Nelson da Silva Flores, de forçar a devolução de sobras de caixa do programa "Alvorada Olímpica" para financiar a campanha da deputada federal Manuela D'Ávila (PCdoB). A informação foi divulgada na edição desta quarta-feira (19) do jornal "Zero Hora".

A denúncia foi feita pelo então diretor de esportes da cidade Marcio Taylor, ex-filiado do partido. Datado de maio de 2010, o documento relata o desvio de R\$ 10 mil da secretaria para a campanha. Procurado pelo UOL Notícias, o denunciante, por meio de interlocutores, afirmou que não comentaria mais o caso, pois teria recebido ameaças na noite passada. Mas, se inquirido pela polícia, reafirmaria o conteúdo da carta.

Em nota à imprensa, o PCdoB informou que sabia da existência da correspondência e que ela foi recolhida junto a outros documentos pelos policiais, mas negou as acusações. O presidente da sigla no Estado, Adalberto Frasson, classificou o material como antecipação da disputa pela prefeitura de Porto Alegre no ano que vem, já que a deputada Manuela D'Ávila é pré-candidata.

O prefeito de Alvorada, João Carlos Brum (PTB), afirmou que a carta chegou à prefeitura em forma de denúncia, que ouviu boatos sobre o seu conteúdo, mas que não a leu.

Na manhã desta quarta-feira (19), a deputada Manuela D'Ávila usou seu blog para se manifestar sobre a denúncia. "Há uns três meses um jornalista me telefonou e perguntou se eu sabia que 'numa gaveta em Alvorada havia sido apreendida uma carta que me citava durante a operação Cartola'. Um policial havia ligado para ele e contado. Pedi mais informações e ele me disse que o policial afirmava que não havia nada demais e que eu podia ficar tranquila", escreveu em seu site.

Mais adiante Manuela escreveu que chegou a ligar para o chefe da Polícia Civil gaúcha buscando mais informações. “Liguei para o chefe da polícia do Estado, delegado Ranolfo, perguntando o que era, se precisava fazer algo, o que dizia. Ele me disse para ficar tranquila, que era uma carta sem muito sentido, de um cara dizendo que deu R\$ 10 mil para outro cara para minha campanha. E que quando eu tivesse um tempo eu fosse lá e lesse”, finalizou.

**Fonte: UOL NOTÍCIAS*

Com informações do clipping do Sindprevs/PR

FENASPS